A RELEVÂNCIA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO PRODUZIDO PELA INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA PREVENÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS CONTRA A VIDA:
estratégias e resultados da Polícia Militar do Ceará

Antônio Eduardo Cavalcante Barros[*]
Antônio Harley Alencar Alves Filho[**]
Renato Pires Moreira[***]

RESUMO: O presente artigo busca abordar as contribuições da gestão do conhecimento produzido pela inteligência de segurança pública, numa perspectiva voltada a prevenção dos, tecnicamente definidos, crimes violentos letais e intencionais (CVLI). Abordagem essa que se relaciona com a atuação da Polícia Militar do Ceará diante dessa problemática. Nesse sentido, analisa-se, a partir de conceitos relacionados à gestão do conhecimento, atividade de inteligência de segurança pública, assessoramento e planejamento estratégico e gestão por resultados, a viabilidade e possíveis soluções por meio do uso da gestão do conhecimento de inteligência como ferramenta de apoio a prevenção criminal, assim como a tomada de decisões eficazes por parte dos gestores. Os instrumentos são propostos como meio de alcançar resultados eficazes na preservação da ordem pública, por meio da polícia ostensiva, agregando a antecipação de possíveis cenários indesejados a paz social. Este artigo tem como objetivo geral demonstrar a importância da gestão do conhecimento produzido pela inteligência de segurança pública na prevenção de crimes violentos, com foco nas estratégias e resultados alcançados pela Polícia Militar do Ceará. Os objetivos específicos procuram analisar os índices de crimes violentos letais e intencionais praticados no estado do Ceará, assim como tais crimes se apresentam e quem seriam seus habituais perpetradores, da mesma forma visa a identificar e conceituar algumas pretensas soluções e ferramentas disponíveis no enfrentamento desta temática. De acordo com as orientações metodológicas, o presente trabalho científico é exploratório, qualitativo e quantitativo, dedutivo, bibliográfico e documental, a partir de um referencial teórico extenso, baseado também na experiência profissional prática do autor. Fica evidenciado portanto, que metodologias inovadoras na prevenção de crimes, especialmente aqueles cometidos por organizações criminosas, necessitam cada vez mais serem disponibilizadas. A gestão do conhecimento e a atividade de inteligência são ferramentas capazes de trazer soluções eficazes e menos dispendiosas, contribuindo para uma maior economia de meios através de ações que possam antecipar, prevenir e responder os eventos delitivos destes grupos criminosos.

Palavras-chave: gestão do conhecimento; inteligência de segurança pública; Polícia Militar do Ceará; crimes violentos intencionais e letais.

DOI: https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i17.225

Recebido em 25 de janeiro de 2024.	Aprovado em 30 de abril de 2024.

[*] Polícia Militar do Ceará. CV: http://lattes.cnpq.br/2282160359105149

[**] Polícia Civil do Ceará. CV:http://lattes.cnpq.br/9660662303150371

[***] Polícia Militar de Minas Gerais; Instituto Brasileiro de Segurança Pública. CV: http://lattes.cnpq.br/2355715189859936

THE RELEVANCE OF KNOWLEDGE MANAGEMENT PRODUCED BY PUBLIC SECURITY INTELLIGENCE IN PREVENTING VIOLENT CRIMES AGAINST LIFE:
strategies and results of the Ceará Military Police

ABSTRACT: This article seeks to address the contributions of knowledge management produced by public security intelligence, from a perspective aimed at preventing, technically defined, intentional and lethal violent crimes (CVLI). This approach is related to the performance of the Polícia Militar do Ceará in the face of this problem. In this sense, based on concepts related to knowledge management, public security intelligence activity, strategic advisory and planning and management by results, the feasibility and possible solutions through the use of intelligence knowledge management as a tool are analyzed. supporting crime prevention, as well as effective decision-making by managers. The instruments are proposed as a means of achieving effective results in preserving public order, through overt police, adding the anticipation of possible unwanted scenarios to social peace. This article has the general objective of demonstrating the importance of managing knowledge produced by public security intelligence in preventing violent crimes, focusing on the strategies and results achieved by the Polícia Militar do Ceará. The specific objectives seek to analyze the rates of lethal and intentional violent crimes committed in the state of Ceará, as well as how such crimes present themselves and who would be their usual perpetrators, in the same way it aims to identify and conceptualize some alleged solutions and tools available to combat this issue. In accordance with the methodological guidelines, this scientific work is exploratory, qualitative and quantitative, deductive, bibliographic and documentary, based on an extensive theoretical framework, also based on practical professional experience. It is therefore clear that innovative methodologies for preventing crimes, especially those committed by criminal organizations, increasingly need to be made available. Knowledge management and intelligence activities are tools capable of bringing effective and less expensive solutions, contributing to greater savings in resources through actions that can anticipate, prevent and respond to criminal events by these criminal groups.

Keywords: knowledge management; public security intelligence; Military Police of Ceara; intentional and lethal violent crimes.

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública é um dos pilares fundamentais para a estabilidade e qualidade de vida de qualquer sociedade. Em um mundo caracterizado por desafios complexos e em constante evolução, a busca pela prevenção e redução de crimes violentos representa uma preocupação central para as autoridades responsáveis pela ordem e bem-estar da população. No estado do Ceará, a Polícia Militar desempenha um papel relevante nesse contexto, pois é encarregada de manter a ordem pública, enfrentando desafios significativos em seu compromisso de garantir a segurança dos cidadãos.

A preservação da ordem pública é um desafio complexo que envolve lidar com uma variedade de situações, desde a prevenção de crimes cotidianos até a gestão de crises mais graves. A Polícia Militar do Ceará (PMCE) deve, portanto, constantemente adaptar suas estratégias e táticas para enfrentar esses desafios em um ambiente dinâmico. Diante desse cenário, é imperativo explorar de que maneira a gestão do conhecimento pode ser aproveitada como um recurso estratégico para aprimorar a eficácia da PMCE na proteção da vida e da integridade dos cidadãos.

Ao longo deste artigo, analisaram-se as estratégias de gestão do conhecimento implementadas pela instituição, considerando seu papel na prevenção de crimes violentos. Além disso, serão analisados os resultados dessas estratégias à luz dos índices de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) no estado do Ceará, nos últimos anos.

Este artigo tem como objetivo geral demonstrar a influência da gestão do conhecimento produzido pela inteligência de segurança pública na prevenção de crimes violentos, com foco nas estratégias e resultados alcançados pela PMCE. Os objetivos específicos procuram analisar os índices de crimes violentos letais e intencionais praticados no estado do Ceará, bem como tais crimes se apresentam e quem seriam seus habituais perpetradores, da mesma forma visa a identificar e conceituar algumas pretensas soluções e ferramentas disponíveis no enfrentamento desta temática. Ao final, esclarecer como a gestão eficaz do conhecimento e a atividade de inteligência se tornaram ferramentas consideráveis, para aprimorar a capacidade das forças de segurança em antecipar, prevenir e responder a eventos criminosos, especialmente aqueles de natureza violenta.

De acordo com as orientações metodológicas, o presente trabalho é exploratório, qualitativo e quantitativo, dedutivo, bibliográfico e documental, a partir de um referencial teórico extenso, baseado também na experiência profissional prática. A pesquisa científica prestar-se-á à análise dos fenômenos sociais e demonstrará mais do que erros ou acertos, mas, sobretudo, um caminho. A linha de pesquisa trilhada está relacionada à gestão da segurança pública dentro da temática de governança pública e gestão estratégica.

O artigo está inserido em um viés científico que busca, por meio da gestão do conhecimento, trazer, para a segurança pública, um processo que ajuda o gerenciamento do capital

intelectual dos seus órgãos, a fim de que esse ativo seja aproveitado estrategicamente para gerar resultados ainda mais positivos. Salienta também a relevância da inteligência de segurança pública, matéria que está estritamente vincula às Ciências Policiais as quais têm como responsabilidade a análise de todos os aspectos relacionados aos órgãos de segurança pública. Isso engloba além da atividade de inteligência, o planejamento estratégico para a segurança, a manutenção da ordem social, a prevenção, repressão e investigação de delitos, o policiamento comunitário e o estudo do crime como um fenômeno social.

As Ciências Policiais tiveram sua inserção no rol das ciências estudadas no Brasil, sendo o ato homologado pelo Ministério da Educação por meio de despacho publicado no Diário Oficial da União nº 109, de 09 de junho de 2020, em que se reconheceu a "necessidade, formal, de consideração dessa área de conhecimento, ou seja, Ciências Policiais, na formação de especialistas civis, evidenciando a proposição da Estratégia Nacional de Defesa".

Desta forma, a pesquisa busca contribuir para o entendimento da relação entre gestão do conhecimento, inteligência de segurança pública e prevenção de crimes violentos, fornecendo *insights* valiosos que podem informar políticas públicas e práticas futuras. A partir da análise SWOT (*strengths*/forças, *weaknesses*/fraquezas, *opportunities*/oportunidades, *threats*/Ameaças), são identificados elementos-chave que moldarão a discussão ao longo deste artigo. No decorrer deste estudo, serão destacados os desafios enfrentados e as oportunidades a serem exploradas pela PMCE na busca por uma comunidade mais segura.

Em relação as forças, as estratégias de gestão do conhecimento utilizadas pela PMCE demonstram um compromisso sólido com essa ferramenta, implementando medidas avançadas para coleta, análise e compartilhamento de informações; a integração de dados de várias fontes permite uma visão abrangente da situação de segurança pública no Estado, facilitando a tomada de decisões informadas; a análise inicial dos resultados indicou reduções significativas nos índices de CVLI em várias áreas, refletindo o impacto positivo das estratégias implementadas.

As fraquezas, embora tenham ocorrido melhorias em alguns locais, as ações de facções criminosas, incidindo sobre os índices de CVLI, têm se destacando como desafio persistente que requer atenção especial.

Em relação às oportunidades, a colaboração com outras agências governamentais, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas, por meio de parcerias interinstitucionais, oferece oportunidades para abordar causas subjacentes da criminalidade violenta de maneira mais ampla e eficaz; o avanço da tecnologia, como análise de *big data*, oferece oportunidades para aprimorar ainda mais a análise de dados e a previsão de crimes violentos.

Já as ameaças, menciona-se o avanço das organizações criminosas contribui para o aumento dos índices de crimes violentos, em razão de disputas por territórios e tentativas de eliminar as

desavenças; desafios socioeconômicos como desemprego e desigualdade, podem continuar contribuindo para a criminalidade violenta, representando uma ameaça à segurança pública.

Assim, esta pesquisa visa lançar luz sobre a importância da gestão do conhecimento como um ativo estratégico na luta contra crimes violentos, proporcionando uma base sólida para a análise abrangente apresentada nos capítulos subsequentes deste artigo.

2. GESTÃO DO CONHECIMENTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

A gestão do conhecimento (GC) tem suas raízes no início do século XX, mas sua aplicação sistemática em organizações governamentais só ganhou destaque nas últimas décadas. Por se tratar de uma ferramenta interdisciplinar, é um tema que surge entre os inúmeros e complexos fatores sociais, especialmente após a crise do sistema fordista de produção em massa, da competitividade dos países asiáticos e da grande crise econômica ocasionada pelo petróleo no mundo durante a década de 1970 (Melo; Urpia; Sartori, 2020).

No setor público, a GC visa à construção de um processo de inovação contínuo dentro das instituições, buscando o atendimento das demandas sociais e a construção de um atendimento ao público-alvo de forma qualitativa. Capacita ainda os gestores a uma melhor forma de atuação diante das necessidades emergentes. Batista (2012) define gestão do conhecimento no setor público da seguinte forma:

> [...] um método integrado de criar, compartilhar e aplicar o conhecimento para aumentar a eficiência; melhorar a qualidade e a efetividade social; e contribuir para a legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade na administração pública e para o desenvolvimento brasileiro (Batista, 2012, p. 49).

O conhecimento de uma organização não pode ser contabilizado, pois faz parte do patrimônio intangível da instituição, através de seu capital intelectual. A GC funciona como um processo estratégico contínuo e dinâmico que visa a gerir esse capital intangível da instituição, e principalmente, estimular a transformação deste conhecimento. Ao gerenciar e compartilhar conhecimentos eficientemente, uma organização pode melhorar sua capacidade de responder rapidamente a mudanças externas. No caso de um órgão de segurança pública, isso permite que a instituição seja mais ágil na adaptação a novas condições que a criminalidade moderna apresenta, por exemplo.

Stewart (1998) diz que o conhecimento material intelectual bruto se transforma em capital intelectual quando a ele são agregados produtos e serviços. O capital intelectual refere-se ao conjunto de ativos intangíveis de uma organização que contribuem para seu valor e capacidade de geração de riqueza. Ele engloba os recursos intangíveis que não podem ser facilmente quantificados, como conhecimento, habilidades, experiências, processos, relacionamentos e cultura organizacional. A importância do conhecimento como ativo intangível está profundamente relacionada ao conceito de capital intelectual.

O conhecimento como ativo intangível também é importante para a gestão da transição de conhecimento. Isso fica claro à medida que os funcionários se aposentam ou deixam a organização. Capturar e transferir conhecimento entre gerações de funcionários ajuda a evitar a perda de experiência valiosa. Entende-se, assim, o conhecimento como um ativo intangível considerável, que representa valor na inovação e no sucesso a longo prazo de uma organização. A gestão eficaz do conhecimento e a valorização do capital intelectual podem ser essenciais para a sobrevivência e prosperidade da organização em um ambiente extremamente volátil, em constante evolução.

Uma vez que instituições de segurança pública enfrentam desafios multifacetados e dinâmicos que requerem abordagens inovadoras e adaptativas, a PMCE tem, na GC, um imperativo estratégico que deve ser adequado nesse contexto. A eficácia das operações policiais, a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade e a maximização dos recursos disponíveis estão intrinsecamente ligadas à capacidade de adquirir, compartilhar, criar e aplicar conhecimento de maneira eficiente e sistemática.

Em um cenário de crescente complexidade das atividades criminosas, notadamente a organizada, a GC se apresenta como um instrumento fundamental para a tomada de decisões estratégicas. A partir da coleta e análise sistemática de informações provenientes de diversas fontes, como relatórios de ocorrências, análise criminal e dados estatísticos, a Polícia Militar pode identificar padrões, tendências e áreas de maior incidência criminal. Isso possibilita a alocação mais precisa de recursos e a implementação de ações preventivas e repressivas direcionadas, aumentando assim a eficiência das operações e a capacidade de antecipar e mitigar ameaças à segurança pública.

Tal pensamento é reforçado por Melo, Urpia e Sartori (2020), segundo os quais, "de forma geral, pode-se afirmar que praticamente todas as instituições de segurança pública do País têm a noção de que o desenvolvimento estratégico, tático, administrativo e operacional é imprescindível para o enfrentamento à criminalidade".

A colaboração e o compartilhamento de conhecimento entre os diferentes setores da Polícia Militar são essenciais para uma abordagem integrada e holística. A GC permite que informações relevantes sejam compartilhadas de forma eficiente, evitando redundâncias e lacunas no entendimento da situação. Dessa forma, equipes de todas as modalidades de policiamento podem se beneficiar de *insights* valiosos que promovem uma atuação coordenada e sinérgica.

Além disso, a capacidade de aprendizado contínuo e adaptação é fundamental para lidar com as evoluções no cenário criminal. Por meio da análise pós-operacional, a Polícia Militar pode identificar pontos fortes e áreas de melhoria em suas operações, permitindo ajustes e aprimoramentos constantes. A GC facilita a captura dessas lições aprendidas, tornando possível a incorporação de boas práticas e a prevenção de erros recorrentes.

No contexto da PMCE, a GC também desempenha um papel crucial na capacitação e desenvolvimento de recursos humanos. A disseminação de conhecimento especializado, técnicas

atualizadas e experiências práticas contribui para a profissionalização dos agentes, fortalecendo sua competência e confiança no desempenho de suas funções. Isso resulta não apenas em um corpo policial mais qualificado, mas também em um aumento da legitimidade e confiança por parte da comunidade.

A importância da GC como suporte estratégico para a PMCE é de grande relevância institucional. Ao incorporar essa abordagem em suas práticas, a instituição está apta a enfrentar os desafios dinâmicos e complexos do ambiente de segurança pública, promovendo a eficiência operacional, a colaboração interdepartamental, a aprendizagem contínua e, em última análise, a melhoria da segurança e qualidade de vida da população que serve.

Entretanto, maior proveito e ganho estratégico alcança-se quando o conhecimento passa ser canalizado para a atividade de inteligência de segurança pública, ajudando a coletar, analisar e compartilhar informações de maneira eficaz para proteger a sociedade e garantir a segurança pública. O conhecimento produzido a partir de metodológica específica contribui para uma tomada de decisão informada, aprimorando a capacidade das agências de segurança pública de enfrentar desafios cada vez mais complexos e dinâmicos.

3. INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E PREVENÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS

A atividade de inteligência é uma ferramenta usada pelas diversas esferas do Estado como forma de coletar, analisar e disseminar informações relevantes para a tomada de decisões de um gestor maior. Cabe à inteligência produzir conhecimentos com base em metodologia própria e especializada, obtendo assim subsídios acerca de temas relevantes e de interesse de determinado órgão. Nas lições de Cepik (2023), inteligência, numa acepção ampla, seria sinônimo de conhecimento ou informação analisada, já de forma mais restrita, seria a coleta de informações sem consentimento, cooperação ou conhecimento por parte dos alvos da ação.

Outrora denominada atividade de informações, a atividade de inteligência é tão antiga quanto a própria humanidade. A partir do instante que homem deixou de ser nômade, percebeu que obter informações privilegiadas lhe traziam superioridade sobre inimigos, empreendendo ações vantajosas contra os mesmos. Barros (2010) menciona a gênese dessa atividade da seguinte forma:

> [...] relatos dessa atividade são encontrados em vários livros e documentos que contam a história de reis, monarcas, imperadores, religiosos e toda sorte de pessoas, muitas delas influentes no processo de evolução de uma nação, mas que de uma maneira ou de outra lançaram mão de uma atividade que inicialmente foi denominada espionagem. Antigos escritos chineses e indianos já traziam relatos de uso de disfarces e subversões. Outros povos, como os hebreus, persas e egípcios, utilizavam espiões quando de suas participações em guerras, reduzindo suas perdas e antecipando vitórias (Barros, 2010, p. 17).

Com o advento dos estados modernos, os serviços de inteligência, que até então eram basicamente vinculados às forças militares, passaram a ter um papel estratégico a serviço de reis, que usavam a espionagem como ferramenta para obter informações sobre aquilo que consideravam pertinente para manutenção e controle de seus poderes. Exemplo clássico foi o inglês Sir Francis Walsingham que se inspirava em Maquiavel para aplicar suas técnicas. Walsingham chefiou o serviço secreto da rainha Elizabeth I, no século XVI, e é considerado o primeiro agente a interceptar e decodificar mensagens cifradas, adulterando as correspondências posteriormente e encobertando do destinatário sua ação.

A inteligência passou a assessorar políticos e comandantes militares com informações privilegiadas, atendendo seus objetivos e traçando as ações necessárias para alcançá-los, por isso se tornou uma poderosa arma durante conflitos armados em vários momentos da história. Em governos nacionais, é aplicada em diversos ramos, como fiscal, ambiental, econômico, enfim, em qualquer tema que mereça um acompanhamento do ponto de vista estratégico, permitindo a detecção de oportunidades para quem se utiliza dessa atividade com objetivos de mudar os rumos do Estado. Na iniciativa privada, também encontrou espaço para práticas que permitem a empresas se firmarem em mercados cada vez mais complexos e competitivos.

Existem, portanto, várias categorias de inteligência: estratégica ou de estado, militar ou defesa, fiscal, financeira, ministerial, judiciária, entre outras. Mas aquela que mais interessa ao presente trabalho é a inteligência de segurança pública (ISP), formalizada nacionalmente após a criação da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) por meio da Portaria nº 22, de 22 de julho de 2009, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). A doutrina passou por algumas alterações, atualmente está em sua 4ª edição, aprovada pela Portaria nº 2, de 12 de janeiro de 2016/SENASP.

A DNISP vem sendo aplicada nos órgãos de inteligência de segurança pública do estado do Ceará, desde a sua formulação o que tem permitido êxito em inúmeras ações de segurança pública, como nos esclarece Barros (2010):

> A aplicação da Inteligência de Segurança Pública nos órgãos vinculados à SSPDS/CE, baseada é claro, nos ensinamentos da nova Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, é fundamental para subsidiar o processo decisório das políticas da referida Pasta. E apesar das dificuldades existentes e dos inúmeros obstáculos ainda a serem superados, não resta dúvidas que a Inteligência vem permitindo uma significativa melhoria no combate às organizações criminosas, e à criminalidade como um todo (Barros, 2010, p. 60).

A ISP ainda encontra amparo normativo em outros dois importantes instrumentos, a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (PNISP), instituída por meio do Decreto nº 10.777/2021, a qual passa a ser um orientador da atividade de inteligência de segurança pública, estabelecendo parâmetros e limites de atuação e a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública (ENISP), que é o outro instrumento aprovado por meio do Decreto nº 10.778/2021, ela consolida conceitos e identifica os principais desafios para a atividade de ISP, ao passo que define eixos estruturantes e objetivos estratégicos a serem alcançados.

A PNISP identificou as principais ameaças à aplicação da lei para preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio e do meio ambiente, quais sejam: criminalidade violenta, criminalidade organizada, corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, ações contrárias à segurança pública no espaço cibernético, ações contrárias ao Estado democrático de direito, desastres de causas naturais e/ou tecnológicas que impactam na segurança pública e ações contrárias à segurança de infraestruturas críticas que impactam na segurança pública. O presente trabalho focará na primeira ameaça, a criminalidade violenta, notadamente nos CVLI.

A ISP desempenha um papel fundamental como instrumento útil à realização do mandamento constitucional da preservação da ordem pública, incluindo a prevenção de crimes violentos. Ela pode ser uma ferramenta determinante na disseminação de informações relevantes voltadas para a tomada de decisões estratégicas e táticas das agências de segurança. No contexto da PMCE, a ISP é utilizada para compreender as ameaças à segurança pública e desenvolver estratégias eficazes de prevenção. Para Henden, Sartor e Sparemberger (2023), a atividade de ISP é elemento legítimo e idôneo para a realização da ação finalística das polícias militares, promovendo a proteção do cidadão. A ISP permite ainda compreender os fatores subjacentes que contribuem para a ocorrência desses crimes, como desigualdade social, desemprego e disputas territoriais. Com base nesse conhecimento, a Polícia Militar pode direcionar recursos de forma mais eficaz e implementar estratégias direcionadas à prevenção de CVLI.

> Com esse propósito, viu-se que a Inteligência pode se dedicar à identificação de padrões criminais e dos tipos e estruturas das organizações, confrontando-os com os fatores urbanos e populacionais, de modo a que sejam evidenciadas tendências e interpretações dos cenários segundo a perspectiva dos riscos. Este tipo de assessoramento estratégico é ainda mais importante quando a ameaça advém de grupos criminosos mais complexos, notadamente aqueles conceituados como organizações criminosas transnacionais (Nascimento; Chagas; Neto, 2023, p. 143).

A gestão desse conhecimento produzido pela ISP desempenha um papel crítico na otimização de resultados, ela permite que as agências de segurança coletem, organizem e compartilhem informações de maneira eficiente, garantindo que os *insights* obtidos da análise de dados sejam aproveitados em tempo hábil. No contexto da PMCE, a GC pode contribuir para a integração dos dados e informações coletadas por diversas unidades e fontes. Isso significa que os conhecimentos de inteligência, produzidos por meio de metodologia específica, podem ser compartilhados e utilizados nos diversos setores operacionais da organização, para assim apoiar a prevenção de crimes violentos. Além disso, a GC facilita a documentação de melhores práticas e lições aprendidas, garantindo que a experiência adquirida seja aplicada de maneira consistente em toda a instituição.

Aplicação idêntica ao que é proposto vem sendo feita na Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), através de seu Observatório de Inteligência e Segurança Pública (OISP). De acordo com Freire, Furlan e Silveira (2018):

> Na busca por melhorias na Segurança Pública, em específico no apoio à atividade de Inteligência, é proposto um modelo de GC que objetiva auxiliar o processo de produção e compartilhamento do conhecimento. Entretanto, para auxiliar nessa tarefa, é pertinente que os profissionais de Inteligência se apoiem em ferramentas tecnológicas que auxiliem no

> tratamento de dados e informações obtidos por meio dos viabilizadores de GC, assim como por sistemas informatizados da PMSC. Nesse sentido, é extremamente importante a elaboração e disponibilização de um Sistema de Informação para o OISP (Freire; Furlan; Silveira, 2018, p. 43).

A ferramenta inteligência na esfera de segurança pública deve ser utilizada por todos os órgãos que compõe a pasta e das mais diversas maneiras, sempre com o intuito de sufocar esta criminalidade organizada, e consequentemente diminuir os índices de CVLI. Exemplo disso foi a utilização de conhecimentos de inteligência para contrapor uma onda de violência que se instalou nas penitenciárias cearenses no ano de 2018, como nos traz de forma clara Alves Filho (2020):

> Além disso, vários chefes de facções foram transferidos para as Penitenciárias Federais, ao mesmo passo em que a Polícia realizava trabalhos de inteligência policial judiciária que culminaram com investigações e prisão de líderes que ainda estavam em liberdade. Essas ações fizeram com que o Ceará tivesse a maior queda de homicídios na última década e a maior queda no Brasil no ano de 2019. Foram 2.257 homicídios, ou seja, se tratou de uma redução de 50% de mortes, quando comparada ao ano anterior (Alves Filho, 2020, p. 18).

Destaca-se assim o papel da ISP na prevenção de crimes violentos, enfatizando a importância da gestão do conhecimento, para otimizar essa inteligência. Nos capítulos subsequentes, serão analisados os índices de CVLI no estado do Ceará e serão exploradas as estratégias específicas de GC que merecem ser implementadas pela PMCE, ao passo que serão avaliados seus resultados na prevenção de crimes violentos no estado.

4. UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE CVLI NO ESTADO DO CEARÁ EM 2023

Os crimes violentos contra a vida têm impactos significativos em várias dimensões da sociedade, afetando não apenas as vítimas e seus familiares, mas também a comunidade em geral e o sistema de justiça criminal. A prevenção e o combate a esses crimes, juntamente com o apoio às vítimas e seus familiares, são cruciais para mitigar esses impactos e construir uma sociedade mais segura e justa. Além disso, abordagens mais amplas, como melhorias nas condições socioeconômicas e acesso à educação, também podem desempenhar um papel importante na redução da violência.

O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará elaborou um relatório sobre essa dinâmica e verificou que, em qualquer época ou geração, é constatada uma contínua complexidade na identificação de um elo causal para os homicídios praticados no nosso estado. O relatório afirma que a violência não está unicamente vinculada a um único determinante, especialmente quando se manifesta durante a adolescência, um período de intensas transformações orgânicas, emocionais, comportamentais e sociais na vida do indivíduo. Portanto, torna-se imperativo abordar esse fenômeno por meio da análise de quatro elementos cruciais da existência: o aspecto individual, familiar, comunitário e institucional (Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, 2016).

Os crimes violentos são práticas que envolvem o uso da força física ou a ameaça de violência contra outra pessoa, causando danos físicos, emocionais ou psicológicos. Eles podem assumir

várias formas e serem praticados de diferentes maneiras. É importante destacar que a gravidade e as circunstâncias dos crimes violentos podem variar amplamente, assim como as penalidades legais associadas a eles. A grande maioria desses crimes são praticados com o uso de armas de fogo, como constatado no 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

> Em relação ao instrumento empregado, as armas de fogo seguem sendo o principal instrumento utilizado para matar no Brasil. 76,5% dos casos foram praticados com uso de arma de fogo. Aqui, porém, para além das armas de fogo, nota-se que a violência atinge níveis extremos quando, pela própria dinâmica do tipo penal, 37,1% das mortes derivadas de Lesões Corporais foram provocadas por agressões, enforcamentos, sufocamentos e similares. Em 15,3% das Lesões Seguidas de Morte, o instrumento utilizado foram armas brancas, como facas. Dito de outra forma, a arma de fogo é o principal vetor das Mortes Violentas Intencionais, mas a questão da violência letal não se encerra apenas na necessária e urgente retomada de políticas responsáveis de controle e rastreamento de armas de fogo (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 32).

Práticas violentas são, portanto, uma dinâmica frequentemente utilizada por organizações criminosas. Em grande parte das transgressões realizados por esses grupos mais organizados, o ato de cometer o homicídio é perpetrado por um indivíduo especificamente com essa função, o que o torna reincidente nessa ação delitiva. Dessa forma, alguns desses indivíduos chegam a exercer função análoga a do "pistoleiro". Entende-se que a estruturação de adolescentes em homicidas contumazes perpassa, dadas as devidas peculiaridades, por uma movimentação idêntica àquela relatada por Paula (2010):

> Ao processo de formação de jovens do sexo masculino em pistoleiros é dado o nome de "lamber a rapadura". Essa expressão representa o período de socialização do menino, que, ao final desse processo, tornar-se-á um matador de aluguel. Esse lapso temporal transcorre, via de regra, durante as fases da infância e adolescência do jovem que é "escolhido" para ser pistoleiro. No decorrer desse período de transição, o "candidato" a pistoleiro progressivamente ingressa no mundo dos valores, sentimentos e normas culturais que compõem o *habitus* de aspectos estruturais ligados à pistolagem (Paula, 2010, p. 78).

Segundo Hamada, Nascimento e Silveira (2022), a utilização de métodos de análise criminal para identificar infratores reincidentes intensifica os resultados da atividade de ISP e otimiza a prevenção de crimes, evitando novas ocorrências por meio da neutralização do comportamento desses criminosos. Estudos sobre reincidência criminal demonstram que é viável identificar indivíduos envolvidos em múltiplas infrações de violência interpessoal. Essa identificação de infratores com alto potencial de repetir suas práticas criminosas permite uma intervenção mais precisa e eficaz no combate ao crime.

Na busca pela eficácia de estratégias de prevenção a crimes violentos a serem implementadas pela PMCE, é essencial realizar uma análise dos índices de CVLI no estado durante os últimos anos. Esta análise proporcionará compreensões sobre a situação atual da segurança pública na região. A categoria CVLI foi idealizada em 2006, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP), com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social que afetam diretamente a vida e a integridade dos cidadãos. São considerados como CVLI os crimes de homicídio doloso, incluindo-se o feminicídio, a lesão corporal seguida de morte e o roubo seguido de morte (latrocínio).

Conforme dados da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp), excetuando-se alguns meses, no caso janeiro e agosto, os índices de CVLI no estado do Ceará diminuíram mês a mês comparando os anos de 2022 e 2023, isso nos primeiros oito meses do ano. Ainda de acordo com a Supesp, órgão que é vinculado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, os índices gerais no estado vem caindo desde o ano de 2021, da seguinte forma: 4039 casos em 2020, 3299 casos em 2021, 2970 casos em 2022 e 1884 casos em 2023, até o mês de agosto (Quadro 1). Isso demonstra que a atuação das forças de segurança no Ceará tem conseguido mitigar esse grande temor social que são as mortes praticadas com violência.

Quadro 1 – Índices de crimes violentos letais e intencionais no Ceará.

Mês	2020	2021	2022	2023
Janeiro	265	306	251	252
Fevereiro	459	250	276	251
Março	359	249	227	227
Abril	439	275	244	217
Maio	365	244	269	229
Junho	358	275	214	211
Julho	297	263	257	242
Agosto	260	281	250	255
Setembro	253	301	250	-
Outubro	322	298	249	-
Novembro	343	285	235	-
Dezembro	319	272	248	-
Total	**4039**	**3299**	**2970**	**1884**

Fonte: Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública.

Entretanto, tomando como base o ano de 2022, o Ceará ainda não alcançou o objetivo definido em 2021 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em que foi estabelecido uma série de metas de redução de homicídios dolosos, incluindo os feminicídios, lesões corporais seguidas de morte e de latrocínios. Segundo o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), o MJSP delimitou o seguinte:

> O Ministério definiu que até 2030, fim do prazo de vigência do atual Plano Nacional, a meta de redução desses crimes somados deveria alcançar a taxa de 17 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes [...]. Dessa forma, o que fica patente é que o problema pode ser enfrentado de forma ainda mais efetiva se ações focalizadas forem pensadas e não se diluírem anúncios ou medidas genéricas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 34).

Atendendo solicitação feita para esta pesquisa, a Supesp enviou os cálculos de CVLI dos oito municípios do Estado do Ceará com taxa populacional acima de 100 mil habitantes durante o ano de 2022. Sendo constatadas as taxas que se seguem (Quadro 2):

Quadro 2 – Taxa de CVLI por município do Ceará

Município	CVLI 2022	AIS	População (Censo 2022)	Taxa CVLI (por 100 mil hab.)
Maracanaú	131	AIS 12	234.392	55,89
Caucaia	182	AIS 11	355.679	51,17
Maranguape	42	AIS 24	105.093	39,96
Sobral	74	AIS 14	203.023	36,45
Fortaleza	850	AIS 1 a 10	2.428.678	35,00
Crato	36	AIS 19	131.050	27,47
Juazeiro do Norte	64	AIS 19	286.120	22,37
Itapipoca	5	AIS 17	131.123	3,81
Total	**1.384**	**-**	**-**	**-**

Fonte: Adaptado de DIESP, com dados da Gerência de Estatística e Geoprocessamento – GEESP/SUPESP/SSPDS

Apenas o município de Itapipoca/CE, com uma taxa de 3,81, conseguiu bater a meta intencionada pelo MJSP, que é de 17 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. Destaca-se que tal meta é definida para ser alcançada até 2030, o que não deixa de ser um objetivo bastante desafiador dentro do contexto atual, tendo em vista que para atingir tais números o estado do Ceará deveria diminuir algo um torno de 8,5% as taxas de CVLI, ano a ano.

As facções criminosas são consideradas as maiores causadoras de atos violentos no estado do Ceará nos dias atuais, isso tem contribuído sobremaneira para um relevante número de homicídios, ocorridos principalmente na capital do estado. Mais desafiador ainda é o surgimento recente da facção criminosa, originariamente cearense, denominada Massa ou Neutros, que ganhou notoriedade em 2023, é formada por dissidentes das facções já existentes Comando Vermelho (CV), essa com origem no Rio de Janeiro, e Guardiões do Estado (GDE), facção também nascida no Ceará. Vale ressaltar que há no estado também uma quarta organização criminosa, o Primeiro Comando da Capital (PCC), fundada em São Paulo. A Massa tem protagonizado, nos últimos meses, várias ações que resultaram em mortes de seus desafetos, e também tem sido vítima das outras organizações criminosas citadas.

Esse número de facções atuantes no Ceará demonstra que o estado brasileiro necessita de uma política de combate às organizações criminosas, ou seja, medidas muito além que políticas de governo. É necessário a criação de abordagens sistêmicas para o problema e não apenas medidas paliativas em momentos de crises, conforme nos aponta Visacro (2015):

> O poder público não dispõe de políticas e recursos orçamentários que lhe permitam combater efetivamente a violência em sua origem. As corporações policiais não acompanharam a evolução organizacional e tecnológica do tráfico de entorpecentes e de armas. A legislação brasileira é inadequada. O sistema carcerário tornou-se parte delicada do problema. O mercado consumidor interno de drogas ilícitas se expande e com ele o patrocínio aos segmentos armados do narcotráfico. O crime organizado amplia gradativamente, de forma tangível e intangível, sua esfera de influência. Milhares de jovens aguardam a oportunidade para ingressar na hierarquia dessas organizações clandestinas. Seus principais líderes tornam-se populares ao acrescentar um falso apelo social às suas práticas criminosas. Apesar do parco orçamento destinado à defesa, o país empenha aproximadamente 14% do PIB (cerca de US$ 55 bilhões) com questões afetas à segurança. Milhares de brasileiros naufragam, diariamente, no caos da violência social urbana (Visacro, 2015, p. 307).

Mesmo organizações terroristas notórias, que têm uma história longa de atividades, parecem insignificantes, do ponto de vista da violência praticada, em comparação com algumas das gangues criminosas brasileiras associadas ao tráfico de drogas, tais como o PCC e o CV. Estes grupos muitas vezes convergem em objetivos e práticas, atuando por meio de alianças, que facilmente se desfazem, gerando conflitos, quase em sua totalidade, decididos em embates violentos.

5. APRESENTAÇÃO DE SOLUÇÕES E FERRAMENTAS DISPONÍVEIS

Busca-se, nesse tópico, demonstrar que a gestão do conhecimento produzido pela inteligência de segurança pública pode apresentar à Polícia Militar do Ceará soluções e ferramentas capazes de delinear estratégias eficientes na prevenção de crimes violentos contra a vida.

Um caminho prático para utilizar a GC produzido pela ISP é o chamado policiamento orientado pela inteligência (POI), conforme proposto por Jerry Ratcliffe (2003). É uma abordagem estratégica para a aplicação da polícia que se baseia na coleta e análise de dados e informações para direcionar os recursos policiais de forma mais eficaz. Em vez de adotar abordagens tradicionais baseadas em patrulhamento aleatório ou reação a incidentes, o POI se concentra em identificar áreas de maior risco e problemas criminais específicos, nesse caso, os crimes violentos contra a vida. Isso permite que as forças policiais direcionem seus esforços de maneira mais precisa para prevenir e responder a crimes de maneira mais eficaz, melhorando assim a segurança pública.

O conceito desse policiamento gira em torno da análise e gestão de problemas e riscos, no lugar de respostas reativas para crimes individuais, trata-se, portanto, de uma abordagem baseada em evidências que busca maximizar os resultados da aplicação da lei por meio da análise de dados e da implementação de estratégias orientadas pela inteligência.

Outra ferramenta proposta como meio de melhor gerir o conhecimento produzido pela segurança pública seria o policiamento preditivo, que configura uma estratégia na aplicação de policiamento ostensivo com características preventivas distintas, centradas na formulação de previsões empiricamente testáveis, a qual utiliza análise de dados massivos (*big data*) e tecnologia para identificar padrões de delitos e criminosos, bem como prever onde e quando esses crimes podem ocorrer. Além disso, emprega equações matemáticas que concorrem para o processo de tomada de decisões das autoridades de segurança pública.

O policiamento preditivo não se baseia apenas em respostas convencionais a incidentes, ao contrário, ele utiliza a análise de dados históricos para identificar áreas com maior probabilidade de ocorrência de crimes futuros. Com base nessas previsões, as forças policiais podem conduzir seus recursos de forma mais eficaz, patrulhando áreas de alto risco e tomando medidas preventivas para reduzir a criminalidade. O conceito de usar dados e análises para prever crimes tem evoluído e ganhado destaque em vários departamentos de polícia ao redor do mundo, com contribuições de muitos outros profissionais e acadêmicos, segundo Mombelli (2014), sendo uma prática de segurança pública empregada nos Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo.

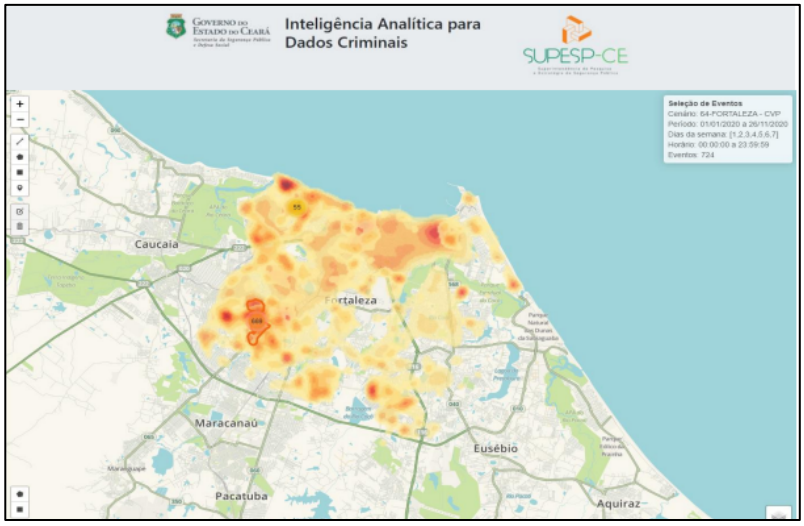
O estado do Ceará tem intensificado cada vez mais suas estratégias de prevenção e fortalecimento no enfrentamento a crimes de forma geral, mas sempre com foco principal nos CVLI. Prova disso é que a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS-CE), por meio da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp), vem desenvolvendo tecnologias para a segurança pública baseadas em evidências, utilizando dados e informações que auxiliam o trabalho do policial no combate à criminalidade e prevenção da violência. Tais tecnologias fortalecem as práticas de policiamento orientado pela inteligência e policiamento preditivo. Sobre o uso destas tecnologias, colaboram Freire, Furlan e Silveira (2018):

> Por necessidade da atividade de Inteligência, é extremamente importante o uso de ferramenta tecnológica que faça a busca e o levantamento de dados semelhantes em um mesmo ou diversos bancos de dados. Nesse sentido, é imprescindível o desenvolvimento de um Sistema de Informação que realize a mineração de dados, a fim de vincular fatos e situações distintas e espalhadas em um universo antagônico, inclusive em redes sociais (Freire; Furlan; Silveira, 2018, p. 56).

Como exemplo de ferramenta mantida pela Supesp tem-se o Status (Sistema Tecnológico para Acompanhamento de Unidades de Segurança), o qual consiste na aplicação de inteligência analítica para dados criminais, utilizando a ciência de dados, estatísticas, geoprocessamento e inteligência artificial. A ferramenta foi desenvolvida pelo programa Cientista-chefe, criado a partir de convênio entre a SSPDS e a Fundação Cearense de Apoio e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap/CE). Por meio do Status, os gestores podem tomar suas decisões a partir da identificação das manchas criminais em cada território. Com o assunto corrobora Rodrigues (2022):

> Já no Estado do Ceará, em fevereiro de 2021 foi lançado o "Sistema Tecnológico para Acompanhamento de Unidades de Segurança" (Status), um software com a finalidade de combater a criminalidade em áreas específicas, a partir da geração de estatísticas de georreferenciamento. O software é alimentado, por exemplo, com dados de atendimentos, ocorrências e estatísticas de segurança pública. A partir disso o programa "predefine processos, gera estatísticas georreferenciadas consistentes" (Rodrigues, 2022, p. 49).

Figura 1 – Seleção de mancha criminal

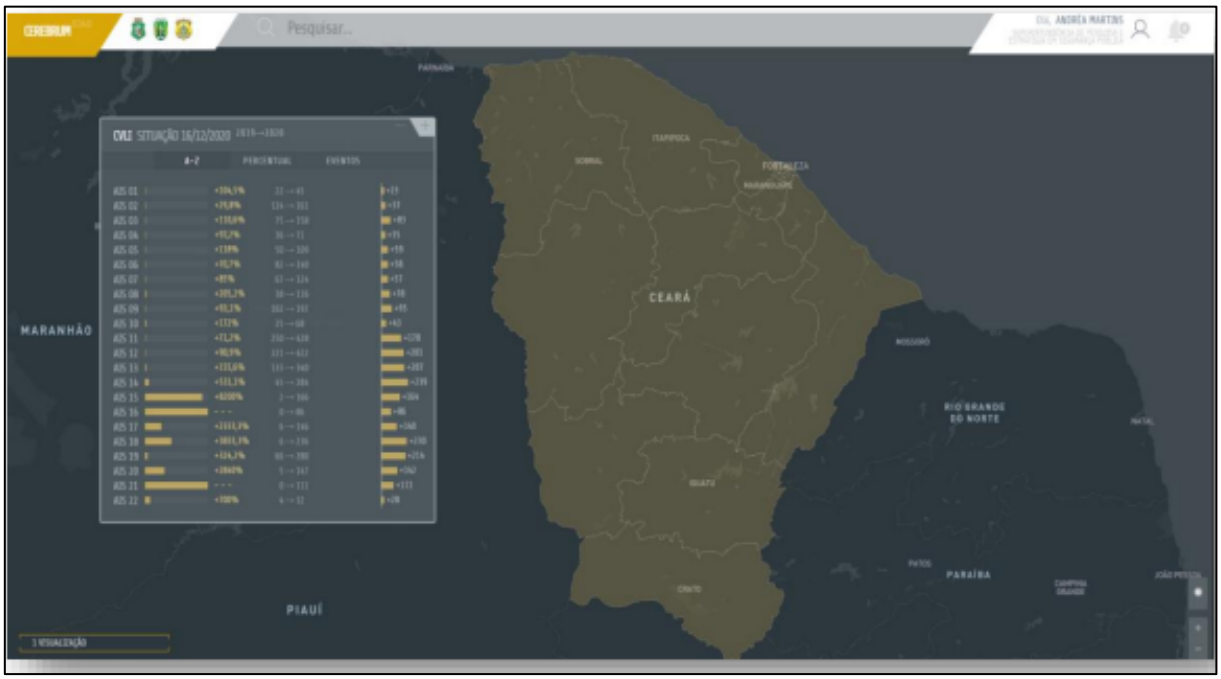


Fonte: Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (2023).

Outra plataforma desenvolvida pelo Cientista-chefe e coordenada pela Supesp é o Cerebrum, que é essencialmente um sistema de *big data* composto por vastos conjuntos de informações armazenados em múltiplos bancos de dados. Devido à sua extensão, requer uma ferramenta especialmente projetada para gerenciar grandes volumes de dados, de modo a permitir a localização, análise e utilização eficiente de qualquer informação contida nesses repositórios em tempo hábil. Em essência, o Cerebrum atua como uma plataforma que reúne e apresenta informações oriundas de diversas bases de dados consolidadas.

O Cerebrum oferece diversas capacidades, incluindo a habilidade de gerar análises por meio de bordas criminais, que podem servir como suporte aos setores de inteligência de segurança pública do estado do Ceará. Isso é particularmente útil na condução de operações de combate à criminalidade. A borda criminal desempenha um papel fundamental na formulação das estratégias de segurança pública.

Figura 2 – Seleção de CVLI por Áreas Integradas de Segurança



Fonte: Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (2023)

Evidencia-se, desta forma, que a GC produzido pela inteligência, notadamente com a utilização das soluções criadas pela Supesp, mencionadas acima, torna-se viável à aplicação de medidas estratégicas de intervenções baseada em evidências por parte da PMCE no enfrentamento a organizações criminosas, em especial, buscando reduzir os índices de CVLI no estado do Ceará, já que esses grupos organizados são os maiores perpetradores de crimes violentos.

A análise das tendências recentes também nos permite identificar áreas que requerem uma intervenção mais direta e estratégias específicas para a redução dos crimes violentos. Além disso, a compreensão dessas tendências auxilia na alocação eficiente de recursos da Polícia Militar e em parcerias colaborativas com outras agências de segurança e organizações da sociedade civil. Os índices de CVLI no

estado do Ceará merecem sempre uma atenção especial. Para compreender adequadamente as tendências desses crimes, é fundamental considerar os fatores que podem influenciar o aumento ou a redução dos mesmos. A comparação dos números com anos anteriores é essencial para determinar se houve variações significativas e identificar possíveis mudanças de padrões ao longo do tempo. Isso permite que os órgãos de segurança, inclusive a Polícia Militar, avaliem a eficácia das estratégias implementadas e ajustem suas abordagens conforme necessárias por meio da gestão de conhecimentos de ISP.

Reforça-se ainda que é essencial considerar os fatores socioeconômicos e demográficos que podem estar correlacionados com o aumento ou a redução dos crimes violentos. Desigualdade de renda, acesso à educação, desemprego e dinâmicas populacionais são apenas alguns exemplos de variáveis que podem influenciar a criminalidade. A compreensão desses fatores é fundamental para a formulação de políticas de segurança públicas dinâmicas. É necessário evitar que o problema chegue ao ponto de um Estado falido, em que surge a questão das áreas não governadas, conhecidas como *black spots*. Termo usado para designar áreas que se encontram sem o efetivo controle governamental, conforme destaca Souza (2012):

> As novíssimas guerras, assim como as novas guerras, envolvem grupos não estatais, ocorrendo principalmente em "black spots". Entretanto, nesse caso, as organizações envolvidas não demonstram inclinação em afrontar ou substituir o poder do Estado, mas sim, de evitar que este interfira nos lucros de suas atividades ilícitas.
>
> Trata-se da violência urbana, predominante em grandes cidades de países emergentes. A falha na governança por parte das autoridades centrais do Estado acaba gerando nesses locais pequenos "black spots", situados geralmente em periferias onde as forças policiais não chegam e, por consequência, acaba vigorando normas sociais paralelas às formais. Nesses "black spots" operam com frequência gangues e 15 narcotraficantes, que buscam expandir sua influência por regiões estratégicas e obter lucros com suas atividades ilícitas. Para tanto, utiliza-se constantemente a violência (Souza, 2012, p .14).

Ou seja, a segurança pública deve agir em bloco com demais entes estatais e não estatais nas comunidades com maiores índices de CVLI, principalmente onde falta qualidade aos serviços primários, como educação deficitária, falta de iluminação pública adequada, ausência de saneamento básico, entre outros serviços. Assim, deve-se trazer para a discussão atores multidisciplinares sejam federais, estaduais, municipais ou até mesmo não governamentais, desde que possam contribuir com ações cooperativas, executadas por meio de intervenções técnicas e da interação dos agentes de diferentes áreas profissionais. Trazer esses atores para dentro de áreas conflagradas mostra que a segurança pública está mais ativa em busca de melhorias, consequentemente, melhorando as condições de trabalho dos profissionais de segurança.

A PMCE deve reconhecer cada vez mais a importância crítica da gestão do conhecimento na prevenção de crimes violentos e implementar estratégias e ferramentas destinadas a aprimorar essa capacidade. Além disso, é imperativo investir na implementação de sistemas de informação avançados que permitam a análise eficaz desses dados, como aqueles aqui já citados. Plataformas estas que contribuem com os analistas na identificação de padrões e tendências relevantes para a prevenção de crimes violentos.

Embora tenham sido alcançados resultados positivos nos últimos anos, é importante reconhecer que desafios persistentes ainda existem. Algumas regiões do Ceará continuam a experimentar aumentos nos índices de CVLI, o que sempre exige uma análise profunda e a implementação de estratégias específicas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário atual do Brasil, a busca por uma sociedade democrática tem gerado inúmeros debates acerca do que é considerado ideal em relação à segurança pública. De um lado, há a perspectiva que defende que a solução para os problemas de segurança pública reside na aplicação de medidas mais severas e leis mais rigorosas, incluindo a redução da maioridade penal. Por outro lado, existe a abordagem teórica que argumenta que todas as pessoas são influenciadas pelo ambiente em que vivem, o que pode justificar ações que violem as leis, como sendo inerentes à natureza humana.

Vale ressaltar que ações voltadas para a proteção da dignidade humana são de grande nobreza. Historicamente, a sociedade percebeu, especialmente ao término da Segunda Guerra Mundial, a importância de proteger os cidadãos contra abusos cometidos pelo próprio Estado. Durante esse período, o regime nazista alemão promoveu assassinatos, torturas, subtração de liberdade e opressão contra seu próprio povo. Portanto, ao longo da história, tem sido evidenciada a relevância da inteligência e seu uso como um meio para resolver os desafios relacionados à segurança pública.

Com frequência, a atividade de inteligência é equivocadamente associada à investigação policial. Embora a investigação desempenhe um papel na atividade de coleta de informações, os resultados desse processo podem, em grande parte, refletir opiniões ou incertezas, não tendo a capacidade de servir como evidência concreta. Isso ocorre porque o objetivo fundamental da atividade de inteligência é criar conhecimento que sirva como suporte para os tomadores de decisão. Portanto, a ênfase recai na geração de informações que possam auxiliar os gestores em suas decisões, em vez de estabelecer provas concretas.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de que forma a gestão do conhecimento, produzido pela inteligência de segurança pública, pode e deve ser usado como ferramenta de prevenção de crimes violentos contra a vida, os chamados CVLI. Demonstrou ainda, que tais conhecimentos são estratégias relevantes a serem aplicadas pela Polícia Militar do Ceará em seu mister de preservação da ordem pública, redundando em soluções planejadas e orientadas, e evitando fórmulas clássicas, que nem sempre resultam em sucesso.

O artigo alcança seu objetivo geral, esclarecendo como o conhecimento produzido pela inteligência de segurança pública pode refletir na prevenção de crimes violentos, notadamente, se houver uma eficiente gestão desse conhecimento, com foco voltado para os resultados desejados pela Polícia Militar do Ceará. O trabalho também demonstra a importância de ferramentas como gestão do conhecimento e inteligência de segurança pública, habilitando assim os gestores para uma melhor tomada de decisão.

No estudo é considerando o crescimento significativo dos CVLI no estado do Ceará, a partir de onde é buscado elementos que colaboram com esse aumento, os quais de forma mais evidente são identificadas como as ações de facções criminosas nas disputas por territórios. A partir daí os objetivos secundários também são alcançados, visto que são analisados dados estatísticos dos índices de CVLI perpetrados no Ceará, inclusive identificando algumas dinâmicas destes crimes. Finalmente, são apresentadas soluções de segurança pública amplamente utilizadas e de comprovados resultados, a exemplo do policiamento orientado pela inteligência (POI) e policiamento preditivo, bem como ferramentas de solução disponíveis aos órgãos de segurança pública do Ceará, tais como o Status e Cerebrum, que naturalmente também são de acesso à PMCE.

Fica evidenciado portanto, que metodologias inovadoras na prevenção de crimes, especialmente aqueles cometidos por organizações criminosas, necessitam cada vez mais serem disponibilizadas. A gestão do conhecimento e a atividade de inteligência são ferramentas capazes de trazer soluções eficazes e menos dispendiosas, contribuindo para uma maior economia de meios através de ações que possam antecipar, prevenir e responder os eventos delitivos destes grupos criminosos.

Apesar de avanços das instituições de segurança pública, com aplicação cada vez mais frequente da inteligência em suas políticas de atuação, muito há que se evoluir na constante busca de soluções para um mundo gradativamente mais volátil, incerto, complexo e ambíguo, características que se aplicam bem a criminalidade organizada. Recordando mais uma vez, que é esse crime organizado o maior ativo na execução dos crimes violentos letais e intencionais, cerne do presente estudo.

São amplas e infinitas as possibilidades de aplicação da gestão do conhecimento na administração pública, no nosso caso, mais especificamente na segurança pública. Concepção idêntica se tem da atividade de inteligência, que como apresentado, possui inúmeras categorias, e na modalidade de inteligência de segurança pública se apresenta como um grande diferencial de resultados. Ao aplicar a gestão do conhecimento à inteligência de segurança pública, é possível aprimorar a coleta, análise e compartilhamento de informações sensíveis, melhorando assim a capacidade de antecipação e resposta a eventos adversos.

Cabe, portanto, a aplicabilidade cada vez mais perseverante dessas ferramentas, que vem demonstrando resultados significativos na prevenção de crimes violentos letais e intencionais, assim como em outras modalidades de crimes. Entende-se, que pesquisas futuras, são vistas com bons olhos, especialmente se tiverem propostas vindas ao encontro daquelas aqui apresentadas. Estimular o uso de ações especializadas, como a atividade de inteligência, é investir em uma segurança pública mais digna para aqueles que atuam de forma tão árdua nessa laboração. Consequentemente, resultados mais eficientes e significativos para populações que vivem sob o jugo daqueles que usam da violência como forma de perpetuar suas intenções ofensivas a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Antônio Harley Alencar. **Vencendo o fenômeno das facções criminosas:** como a inteligência policial judiciária do estado do Ceará trabalha para desarticular a organização criminosa denominada Guardiões do Estado (GDE). Inteligência de Segurança-Unisul Virtual, 2020.

BARROS, Antônio Eduardo C. **A formulação da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública e sua aplicação nas agências de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Ceará**. 2010. Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão em Defesa Civil) – Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, 2010.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira**: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília: Ipea, 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP**). Coordenação-Geral de Inteligência. Secretaria Nacional de Segurança Pública-Ministério da Justiça. 2016.

CEPIK, Marco AC. **Espionagem e Democracia:** agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Parabellum, 2023.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada Vida Importa Relatório final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na adolescência.** Disponível em: https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/relatorio-final-cada-vida-importa/. Acesso em: 09 nov. 2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 09 out. 2023.

FREIRE, Jocemar José; FURLAN, Sandra Aparecida; SILVEIRA, José Luiz Gonçalves da. **Gestão do conhecimento na atividade de inteligência de segurança pública**. 1ª ed. Paraná: Appris Editora, 2018.

HAMADA, Hélio Hiroshi; DO NASCIMENTO, Cláudio Leles; SILVEIRA, Andréa Maria. Mapeamento de alvos prioritários pela inteligência de segurança pública por meio do estudo da reincidência criminal. *In*: HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Renato Pires (org.). **Teoria e práticas de inteligência de segurança pública.** 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2022.

HENDEN, P. D.; SARTOR, S. de M.; SPAREMBERGER, R. F. L. A atividade de inteligência de segurança pública: a instrumentalidade constitucional relacionada ao conceito da preservação da ordem pública e da polícia ostensiva. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, Brasil, v. 14, n. 12, p. 55-90, maio-ago. 2023.

MELO, Felipe Pereira de; URPIA, Arthur Gualberto da Cruz Bacelar; SARTORI, Rejane. A gestão do conhecimento como auxílio à inteligência de segurança pública. **Brazilian Journal of development**, v. 6, n. 12, p. 94604-94620, 2020.

MOMBELLI, Elisa. **Uso do *big data* na segurança pública é bem-vindo.** 2014. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2014-jul-01/elisa-mombelli-uso-big-dataseguranca-publica-bem-vindo. Acesso em: 13 out. 2023.

NASCIMENTO, C. A. do; CHAGAS, F. F. das; NETO, L.N. Contribuições da análise de riscos ao assessoramento estratégico de inteligência de segurança pública: perspectivas voltadas ao enfrentamento às organizações criminosas. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**. Brasília, Brasil, v. 14, n. 12, p. 125-149, maio-ago. 2023

PAULA, Ricardo Henrique Arruda de. Matadores: A construção social e simbólica de identidades violentas. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, n. 9, p. 61-89, 2010.

RATCLIFFE, Jerry. **Intelligence-led policing**. Canberra: Australian Institute of Criminology, 2003.

RODRIGUES, Gabriella de Sousa. **Segurança pública datificada e policiamento preditivo:** uma breve análise acerca do uso da big data pela polícia, seus métodos e vulnerabilidades. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito). Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SOUZA, Marília C. B. de. O Conceito de Áreas Não-Governadas ou Black Spots e os Desafios Políticos e Teóricos para a Agenda de Segurança do Pós Guerra Fria. **Ensaios do IEEI**, n. 14, p. 11-15, 2012.

STEWART, T. a. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.